

Rascunho de decisão da COP26 quer acelerar fim de combustíveis fósseis

Expectativa é que países dependentes de petróleo derrubem a proposta apresentada pela presidência da cúpula



Ativistas fazem vigília pelas pessoas ao redor do mundo que sofrem os impactos climáticos mais severos, nesta quarta, em Glasgow

Ana Carolina Amaral

GLASGOW (ESCÓCIA) A presidência britânica da COP26, conferência da ONU que busca concluir a regulamentação do Acordo de Paris, publicou na manhã desta quarta-feira (10) uma nova proposta de texto para as negociações diplomáticas. As discussões estão marcadas para terminar nesta sexta-feira (12), mas já prometem se estender até o sábado (13). "A COP26 exorta os países a acelerar a eliminação progressiva do carvão e dos subsídios aos combustíveis fósseis", diz o texto proposto pela presidência da COP26, mas que ainda deve ser avaliado pelos negociadores de cada país.

Segundo observadores das negociações, a convocação é histórica. Se for aprovada, será a primeira vez que a Convenção do Clima da ONU reconhece a necessidade de eliminação dos combustíveis fósseis como medida climática.

A proposta reconhece que o mundo deve limitar o aquecimento global em até 1,5°C (enquanto o Acordo de Paris permitia uma janela até 2°C).

O rascunho também cita que os esforços para chegar nesse objetivo devem incluir soluções baseadas na natureza —o que aumenta o

reconhecimento político do combate ao desmatamento como ferramenta para conter as mudanças climáticas.

Embora essa fonte de energia seja a principal emissora de gases-estufa no mundo, sua eliminação não aparece como um imperativo nos textos das negociações. O Acordo de Paris abre a possibilidade de compensar as emissões, através de ações como o plantio de árvores —alterativa que viabiliza, pela via da compensação, a manutenção das fontes fósseis.

O rascunho feito pelo Reino Unido abarca itens que foram pedidos pelos diferentes blocos de negociação da COP os países ainda devem se manifestar em rodadas de consulta da presidência sobre o texto.

Uma das propostas incluídas no rascunho foi proposta por fórum de países mais vulneráveis ao clima: a criação de um ciclo anual de ambição climática. A intenção é providenciar um meio de registro de novos anúncios, que os países devem fazer anualmente, já que as metas anunciadas até agora estão longe do esforço necessários para conter o aquecimento global.

A proposta é vista positivamente pela presidência britânica, pelos países africanos, por ambientalistas e obser-

vadores das negociações. No entanto, é considerada impraticável por delegações de países emergentes —como China, Brasil, Índia e Rússia.

Segundo negociadores, a proposta não considera a inviabilidade da criação de políticas públicas em ritmo anual.

Embora os proponentes deem claro que não pretendem rever anualmente as NDCs (sigla em inglês para as metas climáticas nacionais), a intenção dos ciclos anuais é convocar esforços extras.

Para observadores, os países já fazem isso com novos anúncios políticos nas COPs do Clima. Com a novidade, ganhariam apenas um meio de prestar contas e evitar anúncios enganosos. Negociadores respondem que a ideia ainda precisa ser acordada e regulamentada —o que geraria mais atraso nas negociações.

Em entrevista à imprensa brasileira, observadores das negociações mostraram otimismo com a proposta de texto. Para Fernanda Carvalho, coordenadora de clima e energia do WWF, a presidência britânica foi hábil ao incluir no texto propostas ambiciosas. O desafio agora, segundo ela, será mantê-las no documento final.

As novidades estão concen-

tradas na decisão que comunica a conclusão da COP26, abrangendo temas importantes que estão fora da regulamentação de Paris, mas que precisam de esforços adicionais, como financiamento, aumento da ambição das metas climáticas e perdas e danos.

Por outro lado, negociadores ouvidos pela reportagem avaliam que o novo texto não traz avanços significativos.

O livro de regras de Paris está em negociação há cinco anos e ainda há três itens pendentes: transparência, marcos temporais comuns e artigo 6, que apresenta o mecanismo do mercado de carbono —permitindo a venda de créditos de emissões de gases-estufa a quem está aquém da sua meta climática e trazendo recursos financeiros para quem está contribuindo com a redução das emissões.

Assinado em 2015 e em vigor desde 2016, o acordo climático se baseia em metas climáticas criadas livremente por cada país, que decidem o quanto e em que ritmo podem contribuir para o objetivo de limitar o aquecimento global entre 1,5°C e 2°C. No entanto, o cumprimento do acordo depende da criação de regras técnicas comuns que permitam aos países fazer a prestação de contas so-

bre os progressos.

Considerado o principal desafio da regulamentação de Paris, o mercado de carbono conta com a pressão do setor privado. Embora o mundo já conte com mercados regionais, a criação de um enquadramento global para as regras do mercado deve aumentar a confiabilidade dos projetos negociados, aquecendo o mercado e aumentando o valor de ativos verdes.

Segundo especialistas que observam as negociações, o novo texto não conseguiu destravar pontos importantes da regulamentação do artigo 6, que permanece em aberto.

Para negociadores, o nível técnico da diplomacia já esgotou a capacidade de conversa-

A COP26 exorta os países a acelerar a eliminação progressiva do carvão e dos subsídios aos combustíveis fósseis

Trecho da proposta de texto apresentada pela presidência britânica da COP26

Comunidade no Pará é atacada enquanto líder está na cúpula

Eduardo Laviano

BELEM Barracões, móveis e pertences de moradores foram incendiados no acampamento São Vinícius, no município de Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, na quarta-feira (3). O local, com cerca de 80 famílias, é alvo de uma disputa agrária há dez anos.

Moradores relatam que 11 deles, sendo três idosos, foram agredidos e amarrados por duas horas pelos criminosos. O caso será investigado pela Delegacia de Conflitos Agrários, da Polícia Civil.

O episódio foi denunciado pela ativista Claudelice Santos, moradora de Nova Ipixuna, durante a COP26, conferência da ONU sobre mudanças climáticas que ocorre em Glasgow (Escócia). Ela, que

participa de evento, relatou o episódio nas redes sociais.

"É importante que tenha uma investigação minuciosa sobre quem atuou na articulação, financiamento e ação no ataque. Não podemos admitir que a agronomia tenha liberdade de matar, torturar e expulsar pessoas que apenas reivindicam direitos constitucionalmente garantidos", escreveu no Instagram.

Claudelice é líder do Instituto Zé Cláudio e Maria, entidade que leva esse nome em homenagem a um casal de ativistas da reforma agrária que foi assassinado na região em 2011. Eles eram irmão e cunhada dela.

Segundo relatos dos moradores, por volta das 16 horas, os agressores chegaram em 14 caminhonetes e um ca-

minhão, já atirando contra os membros do acampamento. Boa parte dos homens estava encapuzada. A maioria dos moradores conseguiu escapar em direção à mata, mas 11 deles foram capturados.

Os que não escaparam, além do segundo relato do grupo, ficaram rendidos ao longo de duas horas de brucos no chão. Eles receberam coronhadas, chutes e socos. Ninguém morreu na ação, mas os agredidos precisaram ir a um hospital tratar os ferimentos.

O grupo de homens armados queimou barracões, móveis, utensílios, seis motocicletas e documentos das famílias do acampamento.

"Os fazendeiros chegaram atacando o acampamento, sem dar chance de defesa. Foi muito rápido, muito violento.

Um terror. Peguei panca-da, perdi alimentos, utensílios de cozinha. Deixou o povo sem nada. Eu fui tentar conversar com alguns para pedir para parar, mas me jogaram no chão e me chutaram com a arma apontada na cara", relata o levador Josias Teixeira, 53. Ele conta ter sofrido um assédio de agressões físicas e verbais e que, depois disso, foi colocado em uma caminhonete e largado em um ponto desconhecido no meio da mata.

Segundo o MPF (Ministério Público Federal), a fazenda Tinelli, onde o acampamento fica, está sobreposta a um imóvel matriculado em nome da União. Em 2002, o Incri (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) publicou portaria de criação de assentamento na área.

De acordo com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o processo de criação do assentamento foi iniciado porque o fazendeiro ocupante da área não tinha direito de regularizar o imóvel, por já ter recebido título de outro imóvel da União e por ter utilizado a terra pública para especulação.

Os proprietários da fazenda Tinelli, na época, também foram acusados de vender 810 hectares da área ilegalmente. Para a advogada da CPT, Larissa Tavares, há inércia do Incri, porque, em outubro, o MPF recomendou ao instituto que concedesse a área para a reforma agrária.

A comissão calcula que entre 1996 e 2019, 320 trabalhadores e lideranças foram assassinados no Pará e outros 1.213 foram ameaçados de

e só um acordo político pode resolver os impasses. Os ministros de Meio Ambiente já chefiaram as delegações de cada país desde a última terça-feira. O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, está de volta à COP26 para ajudar a destravar os entendimentos.

Embora o Brasil tenha chegado à conferência com um discurso de flexibilização das posturas, observadores das salas de negociação afirmaram que essas mudanças não foram observadas.

Na negociação sobre transparência, a briga é bem dividida entre países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Enquanto os países ricos cobram um alto grau de detalhe sobre os esforços em redução de emissões, o bloco em desenvolvimento responde que os ricos também devem providenciar maior detalhamento sobre a responsabilidade de financiamento climático, já que respondem pela maior parte das emissões históricas.

Desde que a Convenção do Clima foi criada, em 1992, a divisão de responsabilidades pelas mudanças climáticas se tornou mais complexa, com a ascensão econômica dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Além de aumentarem suas emissões, sendo a China a maior emissora atual, esses países também ganham condições econômicas de descarbonizar suas economias e manter a competitividade econômica.

Boa parte das discussões que se arrastam sobre financiamento busca uma solução intermediária entre as responsabilidades históricas e atuais.

Uma sugestão que aparece na COP26 é a criação de um novo termo, o emissor de médio prazo, para se referir às economias emergentes, mas ainda não há consenso.

O bloco dos países em desenvolvimento, o chamado "G-77 mais China", também acusa os países ricos de não terem cumprido promessas anteriores, com o Protocolo de Kyoto e a promessa de financiamento de R\$ 100 bilhões, o que aumentaria a desconfinança sobre promessas futuras pouco detalhadas, além de afetar a legitimidade de pedidos de aumento da ambição das metas climáticas.

A sinalização nos corredores da negociação é de um otimismo cauteloso. Os países mostram disposição de encontrar soluções, mas elas ainda devem mudar de configuração nos próximos dias.

A jornalista viajou a convite do Instituto Clima e Sociedade.